



REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

INTRODUÇÃO



A Guiné-Bissau declarou a sua independência de Portugal em 24 de setembro de 1973, após 13 anos de guerra contra a antiga potência colonial.

Luís Cabral, irmão do histórico Amílcar Cabral, assumiu a primeira presidência da Guiné-Bissau em 1973. Em 1980, um golpe militar colocou João Bernardo “Nino” Vieira como Presidente. Apesar de ter trilhado um caminho para uma economia de mercado e a implementação de um sistema de partidos, de caráter multipartidário, o regime de Vieira foi caracterizado pela supressão da oposição política. Várias tentativas de golpes de Estado, entre as décadas de 80 e início de 90, falharam em destituir Vieira do poder. Em 1994, João Vieira foi eleito Presidente da Guiné-Bissau, nas primeiras eleições livres e justas do país. Uma revolta militar, resultando numa guerra civil em 1998,

levou finalmente à deposição de Vieira em maio de 1999. Em fevereiro de 2000, um governo de transição deu o poder ao líder da oposição Kumba Yalá, após ter sido eleito Presidente. Em setembro de 2003, após três anos no poder, Yalá foi deposto num golpe militar sangrento, passando o empresário Henrique Rosa a ser o Presidente interino.

Em 2005, o ex-Presidente Vieira, foi reeleito prometendo a continuação de um desenvolvimento económico e uma reconciliação nacional. Foi assassinado em março de 2009.

Malam Bacai Sanhá foi eleito em eleições de “urgência”, em junho de 2009, mas veio a falecer em janeiro de 2012, vítima de doença prolongada. Um golpe militar em abril de 2012, impediu a Guiné-Bissau de realizar uma segunda volta de eleições presidenciais, sendo o país dirigido nos anos seguintes por autoridades e figuras guineenses.

Houve, porém, um apaziguamento das hostes militares e políticas guineenses para que se realizassem novas eleições Presidenciais e Legislativas, entre 13 e 18 de abril de 2014, que resultaram na eleição do ex-Ministro das Finanças, José Mário Vaz, como Presidente da República e na nomeação de Domingos Simões Pereira como Primeiro-Ministro.

A 20 de agosto de 2015 foi nomeado Primeiro-Ministro Baciro Djá, depois do Presidente da República ter demitido o Chefe do Governo. O PAIGC, que detinha a maioria dos lugares no Parlamento, considerou esta nomeação “ilegal e inconstitucional”. Baciro Djá renunciou ao mandato a 9 de setembro de 2015 quando o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) considerou a sua nomeação como inconstitucional. Por sua vez o Presidente da República nomeou Carlos Correia como Primeiro-Ministro, a 17 de setembro, depois de alcançado o consenso político no seio do PAIGC.

A tensão política subiu de tom em janeiro de 2016 quando um grupo de quinze Deputados da Assembleia Nacional Popular (no qual se inclui Baciro Djá) decidiram quebrar a disciplina de voto ao optar pela abstenção na votação de confiança ao Programa de Governo, apresentado pelo Primeiro-Ministro, o que levou à sua expulsão do PAIGC. Como consequência, a Comissão Permanente da Assembleia Nacional Popular (ANP) declarou a 15 de janeiro a perda de mandato dos quinze deputados do PAIGC, a pedido do próprio partido. Alguns meses mais tarde, em 5 de abril de 2016, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) da Guiné-Bissau declarou inconstitucional esta decisão da Comissão Permanente do Parlamento.

Nessa sequência, em maio de 2016, Carlos Correia foi demitido por decreto, por “não dispor de apoio maioritário” no Parlamento e como “única hipótese para resolver a crise”, tendo o Presidente da República empossado Baciro Djá como Primeiro-Ministro assegurando ter condições para promover o funcionamento das instituições democráticas da Guiné Bissau.

Após um ano de impasse, a Comunidade Económica de Estados da África Ocidental (CEDEAO), liderada pelos presidentes da Guiné-Conacri e da Serra Leoa, assinou, a 10 de setembro de 2016, com o Presidente da República, Presidente da Assembleia Nacional Popular, líderes do PAIGC e do PRS, o “Acordo de Conacri”, com os seguintes objetivos:

- Convocação de uma mesa redonda de diálogo abrangente com todos os intervenientes do processo;
- Criação de um governo de unidade nacional que permaneça em funções até as eleições legislativa de 2018;
- Início do processo de revisão constitucional, modificação da legislação relativa à administração territorial, leis eleitorais e partidos políticos, bem como reforço do sistema de justiça;
- Implementação da reforma nos setores da defesa e segurança;
- Criação de um sistema de monitorização e avaliação da CEDEAO;
- Retirada progressiva do contingente da Missão de Segurança da CEDEAO na Guiné-Bissau (ECOMIB), no prazo de 6 meses após a criação de uma força de substituição guineense.

Na tentativa de salvar a legislatura, o Presidente da República nomeou Umaro Sissoco Embaló como Primeiro-Ministro do país, considerando que estavam reunidos os compromissos do Acordo, a 18 de novembro de 2016. Embaló, cujo mandato foi controverso por não ter obtido apoio tanto interno como a nível internacional, pediu a sua demissão a 16 de janeiro de 2018. Para o substituir foi nomeado Aristides Gomes como Primeiro-Ministro, a 31 de janeiro de 2018, sem o apoio do PAIGC, sendo o sexto no espaço de três anos. O mandato de Gomes tinha o propósito de alcançar a estabilidade política parlamentar e realizar as eleições legislativas agendadas para 18 de novembro de 2018, que acabaram por não se realizar.

Em 10 de março de 2019, realizaram-se as eleições legislativas na Guiné-Bissau, que decorreram na presença da Missão de Observação Eleitoral da CPLP (que incluiu membros da Assembleia Parlamentar, de Cabo Verde e Portugal). As eleições foram consideradas pela comunidade internacional presente no país como livres, justas e transparentes, em conformidade com os convénios internacionais eleitorais.

O Parlamento da Guiné-Bissau foi empossado a 18 de abril, sendo o PAIGC o partido com mais representatividade, com 47 Deputados. Resultado das eleições legislativas, o parlamento da Guiné-Bissau está dividido em dois grandes blocos. O primeiro inclui o PAIGC (partido mais votado nas legislativas, mas sem maioria), a Assembleia do Povo Unido – Partido Democrático da Guiné-Bissau (APU-PDGB), a União para a Mudança e o Partido da Nova Democracia, com 54 deputados, e o segundo bloco que juntou o Madem-G15 (segundo partido mais votado) e o PRS (terceiro mais votado), com 48.

Esta divisão refletiu-se no impasse para a eleição da Mesa do Parlamento, uma vez que eleitos o Presidente, Cipriano Cassamá (PAIGC), e o 1º Vice-Presidente, Nuno Nabian (APU-PDGB), o Madem-G15 não logrou eleger o seu candidato a 2º Vice-Presidente, Braima Camará.

Este impasse apenas foi ultrapassado, em junho de 2019, com a eleição da Deputada Satu Camará (Madem-G15), para aquela posição. Na votação, os deputados do Madem-G15 e do Partido de Renovação Social (PRS) abandonaram o hemiciclo em protesto.

Idêntico impasse veio a suceder com o processo de formação do Governo, uma vez que contrariamente ao que seria normal, o Presidente da República recusou o nome do partido mais votado, do PAIGC (e também seu partido), Domingos Simões Pereira, para Primeiro-Ministro da Guiné-Bissau. Em alternativa, por proposta do PAIGC, e com o apoio da APU, UM, PND, e PUM foi nomeado Primeiro-Ministro Aristides Gomes (antigo PM), a 22 de junho de 2019.

Instada pelo Conselho de Segurança da ONU, a Guiné-Bissau realizou as eleições presidenciais a 24 de novembro de 2019 (primeira volta), altura de grande tensão política, depois de o Presidente da República, José Mário Vaz, ter demitido o governo de Aristides Gomes (PAIGC), que se manteve em funções, e nomeado outro governo liderado por Faustino Imbali (PRS), que acabou por se demitir a 8 de novembro, por pressão da comunidade internacional.

À primeira volta, concorreram 12 candidatos, independentes ou apoiados por partidos, entre os quais o presidente em funções e quatro antigos primeiros-ministros. Passaram à segunda volta Domingos Simões Pereira (apoiado pelo PAIGC) e Umaro Sissoco Embaló (apoiado pelo MADEM G-15).

A Guiné-Bissau está a atravessar uma situação política complexa fruto das últimas eleições Presidenciais, em dezembro de 2019 (segunda volta), que opôs Domingos Simões Pereira (PAIGC) e Umaro Sissoco Embaló (MADEM G-15). Na sequência da apresentação dos resultados eleitorais, a Comissão Nacional de Eleições (CNE) deu como vencedor Umaro Sissoco Embaló, mas o candidato Simões Pereira interpôs um recurso no Supremo Tribunal de Justiça (STJ) da Guiné-Bissau impugnando os resultados. Recorde-se que, nessa sequência, alguns órgãos de comunicação social portugueses noticiaram ter existido fraude nas eleições, por intervenção de hackers a atuar a partir do Barreiro, em Portugal.

O Supremo produziu um acórdão interlocutório no qual indicou estar em falta a ata do apuramento nacional do escrutínio, tendo a Comissão Nacional de Eleições (CNE) referido que o documento fora produzido, mas não assinado. Nesse sentido, a CNE convocou uma reunião plenária, na qual não houve consenso, pelo que, em consonância com a lei, a deliberação foi tomada pelo Secretariado Executivo daquele órgão que aprovou a ata nacional de apuramento, tendo esta sido entregue ao Supremo.

No dia 17 de janeiro, a CNE, através de um edital, informou que após a sanção da irregularidade escrutinada pelo STJ, considerava o resultado das eleições transitado em julgado e conseqüentemente tornado definitivo. A CNE procedeu a uma verificação das atas das comissões regionais sob a supervisão do Comité Ministerial de acompanhamento da crise da Guiné-Bissau da CEDEAO. Em todas as verificações feitas pela CNE, o resultado foi igual.

Sob forte pressão individual sobre os juizes, o STJ não emitiu (ainda) decisão final sobre o recurso interposto.

Foi noticiada no dia 27 de fevereiro a realização de uma cerimónia não oficial de empossamento do candidato presidencial declarado vencedor pela CNE, pelo Presidente cessante, José Mário Vaz, na presença do 1.º Vice-Presidente da ANPGB, Nuno Gomes Nabian (APU-PDGB). Segundo a lei da Guiné-

Bissau o Presidente da República toma posse nas instalações da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau.

Uma das primeiras medidas tomadas, por decreto, pelo autoempessoado Chefe de Estado, foi a de demitir o Governo que resultou das últimas eleições legislativas, em março de 2019. Embaló empossou um novo Governo com nova configuração ministerial e com Nuno Nabian (APU-PDGB) como Primeiro-Ministro.

Em abril, de 2020, tendo em conta a proclamação dos resultados pela CNE e considerando a persistência do bloqueio face aos mal-entendidos entre a CNE e o STJ, bem como no seio do STJ, a CEDEAO comunicou que os Chefes de Estado e de Governo da Organização haviam decidido reconhecer a vitória à segunda volta do candidato Umaro Sissoco Embaló. Nesse sentido, apelou a que o Presidente eleito procedesse à nomeação de um Primeiro-Ministro e de um novo Governo até ao dia 22 de maio, em conformidade com as disposições constitucionais. A União Europeia, a União Africana, as Nações Unidas e a CPLP registaram e acompanharam a decisão da CEDEAO, considerando que encerrava o impasse pós-eleitoral.

Em paralelo Aristides Gomes (PAIGC), anterior primeiro-ministro, refugiou-se nas instalações da Organização das Nações Unidas, fevereiro de 2020, por ameaças surgidas na sequência de denúncias do MADEM G-15 e PRS sobre alegados atos de corrupção, ficando por esclarecer as acusações do Ministério Público.

Em agosto de 2020, Umaro Sissoco Embaló recebeu em audiência a representante especial do Secretário-Geral da Nações Unidas, Rosine Coulibaly, que na sequência do encontro prometeu que apresentaria no dia 10 de agosto um briefing ao Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a evolução da situação da Guiné-Bissau". Recorde-se que O Conselho de Segurança das Nações Unidas decidiu em 2019 iniciar o encerramento da missão, em 31 de dezembro de 2020, para dar maior ênfase ao desenvolvimento económico e social, que será assegurado pelas agências da organização, que vão permanecer no terreno.

A comunicação social denuncia constantes agressões e ataques por parte do poder político, no que consideram ser ameaças à liberdade de imprensa e de expressão, que culminaram no recente assalto e destruição da Rádio Capital FM, tendo o sindicato dos jornalistas decretado no dia 6 de agosto de 2020, um "dia de silêncio", sem notícias na comunicação social.

Em 30 de julho de 2020, doze organizações da sociedade civil enviaram uma carta aberta em que denunciaram violações à Constituição e aos direitos humanos e uma situação geral de "grave retrocesso" nas conquistas alcançadas nos últimos 20 anos em relação às liberdades fundamentais no país. A carta aponta, em especial, a existência de "detenções arbitrárias e espancamentos de cidadãos", "anúncio de um sistema de vigilância e monitorização das comunicações dos cidadãos", "intimidações e perseguições aos jornalistas", "disfuncionamento do sistema judiciário com particular destaque na paralisação do STJ" e "proliferação de discursos que incentivam o ódio e a divisão étnico-religiosa".

A ANPGB aprovou, por resolução, no dia 29 de julho de 2020, o envio de uma delegação parlamentar a Lisboa para contactos com as autoridades portuguesas e com a comunidade guineense sobre o assassinio de Bruno Candé.

No dia 1 de fevereiro de 2022, homens armados atacaram o Palácio do Governo da Guiné-Bissau, onde decorria um Conselho de Ministros, com a presença do Presidente da República, Umaro Sissoco Embaló, e do primeiro-ministro, Nuno Nabiam, e de que resultaram oito mortos. O Presidente considerou tratar-se de uma tentativa de golpe de Estado que poderá também estar ligada a "gente relacionada com o tráfico de droga", segundo o Chefe de Estado.

Recorrendo um artigo recente publicado no Diário de Notícias é de se sublinhar que “está em curso um processo de institucionalização do caos, estimulado pelo próprio presidente da República, cujo desfecho será a transformação do país num estado falhado e, inevitavelmente, a sua entrada na órbita da francofonia, via Senegal”.

Quatro partidos políticos guineenses emitiram “uma nota de repúdio à violenta tentativa do chefe de estado, Sissoco Embaló, de impedir a realização do congresso do PAIGC, que devia ter ocorrido no final do mês de março, que tinha como propósito “o arranque dos preparativos do PAIGC para as próximas eleições legislativas e presidenciais (2024). No fim do mês de março, forças policiais atacaram a sede do PAIGC, onde estava reunido o comité central do partido, que estava a tomar decisões acerca do congresso da organização. Este ataque aconteceu na sequência de uma onda de sequestros, agressões e assédio de militantes e deputados do PAIGC, assim como de membros da sociedade civil, todo o país.”

“Todos os dados apontam para a responsabilidade na pessoa do presidente guineense nesse estado de coisas”. A Guiné-Bissau é um Estado semiparlamentar ou semipresidencial, mais próximo do modelo francês do que do português, mas o chefe de Estado não esconde a sua pretensão de ir além dos poderes que o modelo lhe permite. Sissoco parece particularmente nervoso com o crescimento da popularidade do PAIGC e do seu líder, Domingos Simões Pereira”.

No seguimento do referido supra, e no mesmo artigo, o presidente da república é acusado de “recorrer a uma “inventona”, forjando um golpe de estado que não consegue ser cabalmente explicado até agora (golpe de estado sem a participação de unidades militares é um mistério insondável), para resgatar a sua popularidade e, sobretudo, justificar as medidas repressivas que logo a seguir tomaria”. Sete dias depois do “golpe de estado” a Rádio Capital, emissão independente e privada, localizada em Bissau, foi atacada por homens armados, e destruíram equipamentos como agrediram funcionários e jornalistas.

O presidente guineense conta, na sua estratégia de marginalizar o PAIGC, com o apoio de Nuno Nabiam, que foi nomeado primeiro-ministro na sequência das eleições legislativas de 2019. Estas eleições, que contaram com um Missão de Observação Eleitoral da CPLP, da qual fez parte uma Delegação da AR à AP-CPLP, ganhas pelo PAIGC, mas sem maioria absoluta, permitindo a Nabian, impulsionado por Sissoco, construir uma “geringonça”, tendo ainda conseguido adquirir o voto de três Deputados eleitos pelo PAIGC, o que, juntando os votos de outros três partidos, lhe permitiu construir uma maioria. Contudo, no presente momento, o Presidente e o Primeiro-Ministro estão de relações suspensas, mas os analistas acreditam que perante o crescimento e a ameaça do PAIGC e do respetivo líder, Sissoco e Nabian acabarão por estabelecer e normalizar as relações.

Note-se que no seguimento da reunião extraordinária que reuniu os Chefes de Estado e de Governo da organização, que condenou o “golpe de estado”, onde esteve presente a chefe da política externa bissau-guineense, a CEDEAO enviou um contingente militar para a Guiné-Bissau, por pressão do Senegal, com vista à estabilização da ordem no país. Não foram anunciados pormenores do envio desta força, sendo que depois do golpe militar de 2012 foi enviada força semelhante, com as tropas a abondarem o país em 2020, depois da eleição de Embaló.

O país conta com quatro golpes de Estado e 17 tentativas de golpes de estado desde a independência em 1974.

A tentativa de golpe de Estado perpetrado em fevereiro de 2022 encontra-se por clarificar e a decisão da CEDEAO de enviar uma força de estabilização no país levanta questões uma vez que o Presidente disse, no início do mandato, que confiava nas forças de defesa da Guiné-Bissau e não é claro se existiu o pedido para o envio desta força para a Guiné-Bissau. No centro da crise política e que gerou polémica está um

acordo assinado por Embaló, de partilha de recursos com o Senegal, contestado pelo Governo e sem a aprovação da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau.

A 18 de maio de 2022, o chefe de Estado guineense, Umaro Sissoco Embaló dissolveu o Parlamento e marcou eleições legislativas para 18 de dezembro.

A dissolução do parlamento foi justificada pelo Presidente com o facto de “os deputados estarem a transformar a Assembleia Nacional Popular num espaço de guerrilha e conspiração.”

No decreto presidencial é ainda referido o facto de a Assembleia Nacional Popular "recusar de forma sistemática o controlo das suas contas pelo Tribunal de Contas" e por "defender e proteger, sob a capa da imunidade parlamentar, deputados fortemente indiciados pela prática de crimes de corrupção, administração danosa e peculato.”

SISTEMA POLÍTICO

Constituição: Escrita, promulgada a 16 de maio de 1984

Sistema de Partidos: Multipartidário

Forma de Estado: Unitário

Forma de Governo: República

Regime: Democracia

PODER POLÍTICO

Órgãos de Soberania: O Presidente da República, Assembleia Nacional Popular, o Governo e os Tribunais.



Presidente da República (autoproclamado): Umaro Sissoco Embaló (Desde 27 de fevereiro de 2020).



Presidente da Assembleia Nacional Popular: Cipriano Cassamá (desde junho de 2014).



Governo: Primeiro-Ministro: Nuno Gomes Nabian (29 de fevereiro de 2020).

Assembleia Nacional Popular (ANP): 102 deputados – dois deputados reservados para a diáspora - eleitos por voto popular para um mandato de 4 anos. Últimas eleições: 10 de março de 2019.

Presidente da ANP: Cipriano Cassamá (PAIGC). **Vice-Presidentes:** 1º- Nuno Gomes Haviam (APU-PDGB); 2º- Satú Câmara Pinto (MADEM-G15). **Secretários:** 1º - Dan Iala Baranção (PAIGC), 2º - Gabriela Fernandes (PAIGC).

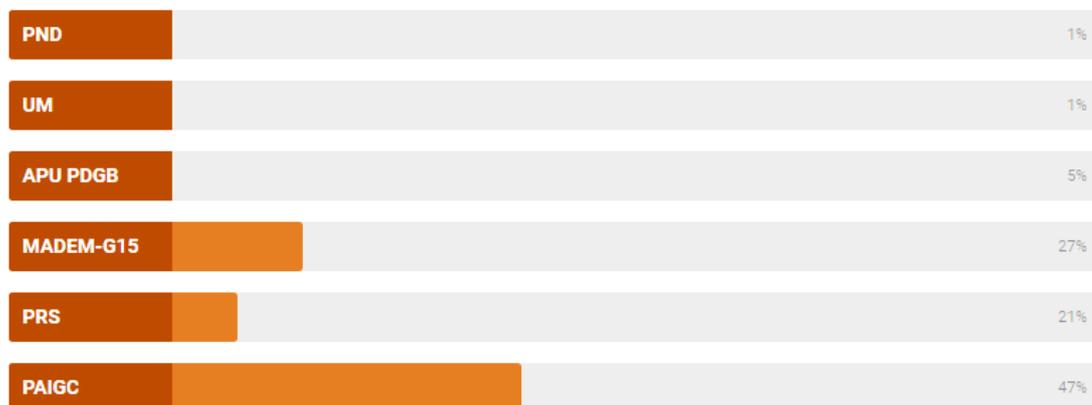
Principais Partidos Políticos e respetivos Líderes:

- Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) – Domingos Simões Pereira;
- Partido de Renovação Social (PRS) – Alberto Nambeia;
- Movimento para a Alternância Democrática da Guiné-Bissau (Madem-G15) – Braima Camará
- Partido da Nova Democracia (PND) - Iaiá Djaló;
- União para a Mudança (UM) – Agnelo Regala;
- Assembleia do Povo Unido – Partido Democrático da Guiné-Bissau (APU-PDGB) – Nuno Nabian

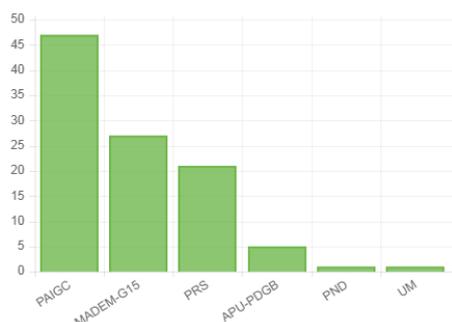
COMPOSIÇÃO DO PARLAMENTO

Deputados: PAIGC – 47; PRS – 21; MADEM-G 15 – 27; APU-PDGB – 5; UM – 1; PND – 1;

VOTOS EXPRESSOS 2019



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES - CNE
TOTAL DE MANDATOS



O Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) venceu as eleições legislativas de março de 2019, mas apenas conseguiu uma maioria simples (47 dos 102 assentos do Parlamento da Guiné Bissau). Foi por isso necessário, para encontrar uma solução governativa, realizar acordos pós-eleitorais entre os partidos que elegeram Deputados para a Assembleia Nacional Popular. O PAIGC fez um acordo de incidência parlamentar para governar com o APU-PDGB, com a UM e com o PND. Na oposição, ficam o MADEM-G15 e o

PRS. Ainda que só estes partidos tenham conseguido representação parlamentar, concorreram às eleições de março um total de 21 partidos.

Uns dias antes da data das eleições, o Presidente da Comissão Nacional de Eleições da Guiné-Bissau, José Pedro Sambú, veio ressaltar que estavam reunidas as condições logísticas, humanas e financeiras para a realização das eleições no dia 10 de março. Sambú confessou ainda, em declarações à Lusa, que “não é fácil gerir um processo eleitoral, sobretudo no contexto da Guiné Bissau”. Importa lembrar que o país está polarizado por uma crise política que dura já há 4 anos, deparando-se com eleições impostas pela própria Comunidade Internacional.

GEOGRAFIA

Localização: Costa Ocidental de África, estendendo-se, no litoral, desde o Cabo Roxo até à ponta Cagete. Tem fronteira, a Norte, com o Senegal, a Este e Sudeste com a Guiné e a Sul e Oeste com o Oceano Atlântico. Além do território continental, o país integra ainda cerca de 40 ilhas que constituem o arquipélago dos Bijagós, separado do Continente pelos canais de Geba, Pedro Álvares, Bolama e Canhabaque. Área – 36.125 Km². Clima: tropical, quente e húmido. Capital. Bissau (423 mil habitantes – 2011).

DEMOGRAFIA

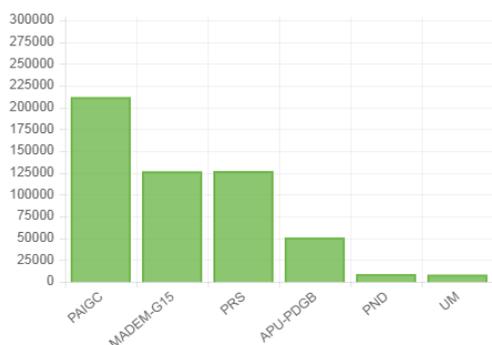
População: 1,8 milhões de habitantes (Est. 2018). **Língua:** português (oficial), crioulo e línguas africanas. **Grupos Étnicos:** africanos-99% (Balantas-30%, Fulas-20%, Manjacos-14%, Mandingas-13%, Papéis-7%), europeus e mulatos-menos de 1%. **Religião:** muçulmana (50%), religiões locais (40%) e cristãos (10%); **Taxa de natalidade:** 32,5 nascimentos/1.000 habitantes (Est.2017); **Taxa de mortalidade:** 14.54 mortes/1000 (Est.2014); **Taxa de crescimento populacional:** 1.86% (Est.2017); **Taxa de mortalidade infantil:** 85,7 mortes/1.000 nascidos (Est.2017); **Esperança de vida à nascença:** 51 anos; **Grau de literacia:** 59.9%.

ECONOMIA

Moeda: Franco CFA

Produto Interno Bruto (PIB): 3.171 bilhões USD (estimativa 2017); **PIB per capita:** -700 USD (estimativa 2017); **Crescimento real do PIB:** 5% (estimativa 2017); **Exportações de bens e serviços:** 28,9% **Importações de bens e serviço:** -37,7%; **Parceiros Comerciais – Clientes:** Índia, China, Togo, EUA; **Fornecedores:** Portugal, Senegal, Índia, Espanha, China; **Dívida externa:** 69.7% do PIB (2012); **Taxa de inflação:** 0.7% (2013).

TOTAL VOTOS VÁLIDOS



4,3 milhões USD.

Desenvolvimento Humano

A Guiné-Bissau encontra-se entre os países que apresentam maiores dificuldades, ocupando a 178.^a posição com um valor de 0,42 de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD (Relatório 2016).

Resenha económica

Apesar da instabilidade política verificada nos últimos sete anos, período em que foram empossados mais de dez Primeiros-Ministros, pela primeira vez, o país conseguiu terminar, em 2019, um programa de três anos com o FMI. A conclusão da 5.^a avaliação permitiu o desembolso mais de

Para 2020, foi inicialmente previsto um crescimento de 4,5%, mas de acordo com projeções do FMI, deverá verificar-se uma contração na económica, de -1,9%, também devido à pandemia. Por sua vez, o nível de endividamento atinge os 70%, criando obstáculos à implementação de novos projetos.

As empresas de capital português são o maior empregador privado na República da Guiné-Bissau, com mais de 3.500 postos de trabalho criados diretamente, mas também um dos maiores e mais importantes investidores externos, num montante que se estima em 180 milhões de euros.

Verificaram-se, nos últimos anos, investimentos nas áreas da saúde, moda, distribuição alimentar, setor automóvel (prestação serviços) e energia. Grupos importantes como a EFACEC, EDP, AdP, Quilaban, FCH, Tecnimede, “Grupo Ensinus”, entre outros, instalaram-se em Bissau.

A economia guineense depende da exportação da castanha de caju, cuja produção atingiu as 200.000 toneladas, em 2018 e 2019, caindo para 165.000 ton em 2020.

O ano de 2020 caracterizou-se pela queda dos preços de referência a nível mundial, com forte impacto no valor da castanha de cajú na Guiné-Bissau, que se fixou nos 350 CFA, contra 1.000 CFA em 2018. A inexistência de condições para stockagem de castanha na época das chuvas, a falta de confiança dos investidores e o desagravamento nas taxas de exportações, contribuiu para a queda de receita, a qual vinha a crescer anualmente acima dos 5%.

Devido à pandemia do Covid19, apesar dos números oficiais indicarem poucos infetados ou óbitos, têm-se verificado vários constrangimentos no país, pela aplicação do Estado de Emergência: (i) cerca sanitária em algumas regiões; (ii) proibição de cortejos, desfiles, reuniões, ajuntamentos, eventos públicos e manifestações na via pública com mais de cinco pessoas; (iii) obrigação dos cidadãos nacionais ou estrangeiros que entrem no país terem de cumprir um período de 15 dias de quarentena, caso não apresentem teste negativo Covid-19; (iv) encerramento de salas de festa, parques, piscinas, pavilhões, ginásios e quaisquer outros locais destinados à prática de atividades culturais e artísticas; (v) limitação do número de passageiros em transportes públicos (vi) ou ainda interdição da circulação entre regiões, salvo situações excecionais.

Esta situação da pandemia afeta naturalmente as empresas portuguesas no país, com a consequente diminuição do volume de negócios e com o risco de algumas falências.

Relações Económicas com Portugal

Balança comercial de bens e serviços

A balança comercial de bens e serviços é claramente favorável a Portugal, totalizando, em 2020, 93,1 milhões de euros de exportações, e as importações atingiram um valor de 12,6 milhões.

Balança Comercial de Bens de Portugal com a Guiné-Bissau									
	2016	2017	2018	2019	2020	Var % 20/16 ^a	2020 Jan/fev	2021 Jan/fev	Var % 21/20 ^b
Exportações	78,4	91,2	94,9	91,3	73,4	-0,8	15,0	13,2	-11,7
Importações	0,3	0,3	0,6	0,8	1,9	74,1	0,1	0,0	-68,7
Saldo	78,2	90,9	94,3	90,5	71,5	-	14,9	13,2	-
Coef. Cob. %	§	§	§	§	§	-	§	§	-

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Unidade: Milhões de euros

Notas:

(a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2016-2020

(b) Taxa de variação homóloga 2020-2021

(2016 a 2019: resultados definitivos; 2020 e 2021: resultados preliminares)

§ - Coeficiente de cobertura > 1000%

Balança comercial de bens

Em 2020, Portugal foi o 11º cliente da Guiné-Bissau e o 1º fornecedor, com uma quota de 30,48%.

O saldo da balança comercial é altamente favorável a Portugal dado o diminuto valor das importações. Em 2020, Portugal exportou 73,4 MEuros e as importações totalizaram 1,9 MEuros. No entanto, neste último ano, registou-se uma quebra nas exportações que, em 2019, tinham atingido 91,3 MEuros, mantendo-se esta tendência nos dois primeiros meses de 2021.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E REGIONAIS

A República da Guiné-Bissau é membro, de entre outras organizações, da União Africana (sucessora da Ex-Organização de Unidade Africana), do Banco Africano de Desenvolvimento (BafD), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização das Nações Unidas (ONU), bem como, da Organização Mundial de Comércio (OMC). Faz parte, também, da Comunidade Financeira Africana (CFA), inserindo-se na denominada Zona do Franco africana, cujos membros partilham uma moeda comum (o Franco CFA), que está fixada e convertível face ao Euro através dum acordo monetário especial com a França.

A nível regional, a Guiné-Bissau integra a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A Guiné-Bissau foi o sexto Estado-membro da CPLP a ratificar o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. De referir que as relações da Guiné-Bissau com a União Europeia se processam no âmbito do **Acordo de Cotonou**, assinado em junho de 2000, em substituição das Convenções de Lomé, que durante décadas enquadraram as relações de cooperação entre a UE e os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP).

FORUM DOS PARLAMENTOS DE LÍNGUA PORTUGUESA (FPLP) – A Guiné – Bissau foi membro fundador deste órgão, tendo detido a Presidência do FPLP, no período 2007 – 2008.

ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DA CPLP (AP-CPLP) – Na I e nas II Reuniões da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP), realizadas em 27 e 28 de abril de 2009 (São Tomé) e de 8 a 10 de março de 2010 (Lisboa), respetivamente, participaram representantes do Parlamento da Guiné-Bissau. Na I Reunião foi eleito Secretário da Mesa o Deputado da ANP, Serifo Jaló.

No âmbito da AP-CPLP, a Assembleia da República integrou a Missão de Observação às Eleições presidenciais, decorridas na Guiné-Bissau, em 28 de junho de 2009 (1ª volta), e em 26 de julho do mesmo ano (2ª volta). Participaram os Deputados Maria do Rosário Carneiro (PS) e Renato Leal (PS), respetivamente.

No quadro das atividades da AP-CPLP, a Assembleia da República enviou observadores às eleições legislativas de 10 de março de 2019 onde participaram os Deputados, Porfírio Silva (PS), Ângela Guerra (PSD) e Luís Moreira Testa (PS). Os Deputados Porfírio Silva (PS), e Luís Moreira Testa (PS) participaram na Missão de Observação Eleitoral às eleições presidenciais na Guiné-Bissau, em 2019.

Em respeito pelo princípio da rotação de ordem alfabética crescente, a Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau exerce atualmente a presidência da AP-CPLP até 2023.

ASSOCIAÇÃO DOS SECRETÁRIOS-GERAIS DOS PARLAMENTOS DA CPLP (ASG-PLP)

A ANP da Guiné-Bissau é membro da ASG-PLP.

RELAÇÕES PARLAMENTARES BILATERAIS

2019

- A Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal Guiné-Bissau, Deputada Elza Pais (PS), representou o Presidente da Assembleia da República na Cerimónia Solene da Sessão de Investidura e constituição da X Legislatura da ANPGB – 16 a 19 de abril;
- Visita do Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento (Deputada Catarina Marcelino (PS)) sobre Saúde da Mulher e da Criança – 21 de fevereiro a 3 de março;

2018

- Visita da Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal Guiné-Bissau à Guiné-Bissau, Deputada Elza Pais – 2 a 5 de outubro;
- Visita do Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento (Deputada Catarina Marcelino (PS) e Deputado Rui Riso (PS)) e participação na Conferência “Meninas e Mulheres: Educação, Saúde e Igualdade, Direitos – sem deixar ninguém para trás” – 30 de junho a 4 de julho

2015

- Visita a Portugal do Presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, Cipriano Cassamá, e Delegação, tendo sido recebidos na AR – 7 de setembro;
- Visita a Portugal de uma Delegação de Deputados da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau – 17 a 24 de julho;
- Visita Oficial do Secretário-Geral da Assembleia da República, Albino de Azevedo Soares, à Guiné-Bissau – 7 a 10 de julho;
- Visita Oficial da Presidente da AR, Maria da Assunção Esteves, à Guiné-Bissau – 16 a 19 de junho;
- Visita Oficial de uma Delegação do Grupo Parlamentar de Amizade à Guiné-Bissau Bissau, chefiada pelo Vice-Presidente do GPA, Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) e com a participação

dos Deputados João Portugal (PS) 2º Vice-Presidente do GPA, João Paulo Viegas (CDS-PP), Carla Cruz (PCP) e Cecília Honório (BE) – 16 a 20 de março.

2011

- Visita do Primeiro-Vice Presidente da ANP, Manuel Serifo Nhamanjo – 25 de maio.

2010

- Cerimónia de Boas Vindas ao Presidente da República guineense, Malam Bacai Sanhá – 17 de fevereiro;
- Cerimónia de Boas Vindas ao Primeiro-Ministro, Carlos Gomes Júnior – 16 de março;
- Visita oficial do Presidente da ANP, Raimundo Pereira, a Portugal – 17 e 18 de junho.

2009

- Visita Oficial do Presidente da AR, Jaime Gama, à Guiné-Bissau – 15 a 19 de fevereiro;
- Visita Oficial do Presidente em exercício da ANP, Manuel Serifo Nhamanjo - 22 a 24 de abril.
- Visita Oficial do Presidente da República da Guiné-Bissau, Malam Bacai Sanhá, a Portugal, sendo recebido na AR – 4 e 5 de dezembro.

2008

- Visita Oficial do Presidente da ANP, Francisco Benante, a Portugal – 13 a 18 de janeiro;
- Visita Oficial a Portugal do Primeiro-Ministro da Guiné-Bissau, Carlos Gomes Júnior – 16 de março;
- Visita de estudo à AR por parte do Secretário-Geral do Parlamento guineense – junho.

2004

- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente da República guineense, Henrique Rosa – 28 de setembro;
- Visita do Presidente da Assembleia Nacional Popular (ANP), Francisco Benante – 8 a 10 de dezembro.

PONTO DE SITUAÇÃO SOBRE A COOPERAÇÃO PARLAMENTAR PORTUGUESA COM A ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR DA GUINÉ-BISSAU (ANPGB)

O Programa de Cooperação para 2015 – 2017 previu a realização de ações, as quais compreenderam assistência técnica, capacitação e formação prática e o investimento em material e equipamento, devidamente calendarizadas.

Destaca-se ainda a contratação pela Assembleia da República de um Professor de Língua Portuguesa, com o objetivo de dar continuidade ao ensino da língua portuguesa aos Deputados e funcionários da ANPGB, apoio esse que se tem vindo a revelar de extraordinária qualidade num contexto político de

extrema dificuldade e fragilidade. Este projeto está suspenso no momento devida às circunstâncias políticas.

A execução deste Programa atingiu a taxa de 59%, o que no contexto político que se viveu durante a sua execução, foi considerado bastante positivo.

No âmbito do Protocolo de Cooperação Parlamentar estabelecido entre a Assembleia da República de Portugal (ARP) e a Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau (ANPGB), assinado em Lisboa, em 19 de junho de 2015, pelos respetivos Presidentes e, na sequência dos resultados positivos alcançados pelo programa de cooperação 2015/2017, a ARP e a ANPGB entenderam prosseguir na realização de ações de cooperação, através de um programa de cooperação, para o triénio 2018/2020, que foi alvo de uma prorrog.

Em termos gerais, o Programa de Cooperação entre a Assembleia da República de Portugal e a Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau tem como foco principal a capacitação dos funcionários parlamentares guineenses, bem como a dinamização dos órgãos e dos serviços parlamentares.

O atual programa prevê a realização de 31 ações, nos domínios parlamentares, com vista ao fortalecimento dos funcionários Parlamentares e de Deputados (através da realização de ações como a participação em seminários, conferências e reuniões), tendo em vista o desenvolvimento e o aprofundamento do papel da instituição parlamentar, no respeito das suas especificidades próprias e o interesse no reforço e na consolidação dos laços de amizade e de cooperação.

Até ao momento, o programa de cooperação com a ANPGB tem uma taxa de execução de 20%, que se explica pelas dificuldades do contexto político e pela situação atual de pandemia.

O atual Programa de Cooperação entre a AR e a ANPGB, para o triénio 2018/2020, foi prorrogado, em outubro de 2021, até ao final de 2022.

GRUPOS PARLAMENTARES DE AMIZADE

GRUPO PARLAMENTAR DE AMIZADE PORTUGAL-GUINÉ-BISSAU

Foi constituído na XIV Legislatura, cuja composição é:

Presidente	– Deputado Porfírio Silva (PS)
Vice-Presidente	– Deputado Duarte Marques (PSD)
Vice-Presidente	– Deputada Beatriz Gomes Dias (BE)
	– Deputada Eurídice Pereira (PS)
	– Deputado Hugo Carvalho (PS)
	– Deputada Maria Joaquina Matos (PS)
	– Deputado Pedro Sousa (PS)
	– Deputada Romualda Fernandes (PS)
	– Deputada Carla Barros (PSD)
	– Deputada Clara Marques Mendes (PSD)
	– Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD)
	– Deputada Ana Mesquita (PCP)
	– Deputada Joacine Katar Moreira (Ninsc)

ACORDOS ENTRE GUINÉ-BISSAU E PORTUGAL

- Acordo geral de cooperação e amizade entre a República da Guiné-Bissau e Portugal data de conclusão: 11/06/1975;
- Acordo de empréstimo, sob a forma de crédito ligado, a conceder pelo Governo Português ao Governo da República da Guiné-Bissau - data de conclusão: 15/06/1975.
- Acordo relativo a Serviços Aéreos entre Portugal e a República da Guiné-Bissau - data de conclusão: 22/06/1975;
- Acordo de cooperação científica e técnica entre Portugal e a República da Guiné-Bissau - data de conclusão: 22/06/1975;
- Acordo regulador do Estatuto de pessoas e regime dos seus bens - data de conclusão: 21/06/1975;
- Acordo especial entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau sobre funcionários - data de conclusão: 21/06/1975;
- Acordo especial entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau relativo às instituições de previdência - data de conclusão: 21/06/1975;
- Acordo especial entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau relativo aos interesses empresariais - data de conclusão: 21/06/1975;
- Acordo especial entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau relativas às pensões devidas por serviços prestados às forças armadas portuguesas - data de conclusão: 21/06/1975;
- Acordo entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau sobre a concessão de um empréstimo reembolsável de 90000 contos - data de conclusão: 21/06/1975;

- Acordo entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau sobre a concessão de um empréstimo reembolsável de 140000 contos - data de conclusão: 21/06/1975;
- Acordo entre a República de Portugal e a República da Guiné-Bissau sobre a transferência do Departamento do Banco Nacional Ultramarino na Guiné-Bissau - data de conclusão: 21/06/1975;
- Acordo entre a República de Portugal e a República da Guiné-Bissau relativo aos créditos do Banco de Fomento Nacional na Guiné-Bissau - data de conclusão: 21/06/19;
- Acordo especial sobre telecomunicações entre a República de Portugal e a República da Guiné-Bissau - data de conclusão: 14/01/1977;
- Acordo especial entre Portugal e a Guiné-Bissau relativo aos objetos contrarreembolso a permutar entre os dois países com data de conclusão 14/01/1977;
- Acordo especial entre Portugal e a Guiné-Bissau para a permuta de encomendas postais entre os dois países - data de conclusão: 14/01/1977;
- Acordo especial entre Portugal e a Guiné-Bissau para a aplicação da Tarifa Postal Interna aos objetos de correspondência a permutar entre os dois países - data de conclusão: 14/01/1977;
- Acordo de cooperação no domínio dos serviços postais e de telecomunicações entre a República de Portugal e a República da Guiné-Bissau - data de conclusão: 14/01/1977;
- Protocolo adicional ao acordo de cooperação científica e técnica entre Portugal e Guiné-Bissau - data de conclusão: 20/05/1977;
- Acordo de cooperação no domínio da pesca entre a República de Portugal e a República da Guiné-Bissau - data de conclusão: 20/05/1977;
- Acordo de cooperação nos domínios do desenvolvimento marítimo, cartografia e segurança da navegação entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau - data de conclusão: 27/05/1977;
- Acordo entre a República Portuguesa e a República de Guiné-Bissau destinado a financiar ações de cooperação no campo do ensino respeitante ao ano de 1976-1977 - data de conclusão: 15/07/1977;
- Acordo entre a República Portuguesa e a República de Guiné-Bissau destinado a financiar ações de cooperação no campo do ensino respeitante ao ano de 1975-1976 - data de conclusão: 15/07/1977.
- Acordo relativo à cooperação e assistência técnica entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau no domínio da Aviação Civil - data de conclusão: 13/01/1978;
- Acordo no domínio da Saúde entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau - data de conclusão: 13/01/1978;
- Acordo de cooperação nos domínios do ensino e formação profissional entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau - data de conclusão: 13/01/1978.
- Acordo cultural entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau - data de conclusão: 13/01/1978;
- Acordo comercial entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República da Guiné-Bissau - data de conclusão: 13/01/1978;
- Acordo relativo à cooperação no domínio dos Portos entre a República de Portugal e a República da Guiné-Bissau - data de conclusão: 21/04/1978.
- Protocolo adicional n.º 2 ao acordo de cooperação científica e técnica entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau - data de conclusão: 19/02/ 1979.
- Acordo geral sobre a migração entre a República de Portugal e a República da Guiné-Bissau - data de conclusão: 24/02/1979;
- Acordo de cooperação técnica e de intercâmbio no domínio da comunicação social entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau - data de conclusão: 24/02/1979.
- Acordo de cooperação consular entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau - data de conclusão: 24/02/1979.

- Protocolo adicional ao acordo cultural entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau - data de conclusão: 13/05/1980;
- Acordo especial de cooperação entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau no domínio da assistência aos diminuídos de guerra - data de conclusão: 13/05/1980;
- Protocolo adicional n.º 3 ao acordo de cooperação científica e técnica entre a República da Guiné-Bissau e a República Portuguesa - data de conclusão: 22/07/1980;
- Acordo relativo à assistência técnica entre Portugal e a República da Guiné-Bissau no domínio da meteorologia - data de conclusão: 28/10/1982;
- Protocolo sobre cooperação financeira entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da Guiné-Bissau - data de conclusão: 08/06/1984;
- Acordo de cooperação entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau visando a criação e o funcionamento do Centro de Medicina Tropical da República da Guiné-Bissau - data de conclusão: 12/01/1988;
- Protocolo entre o Governo Português e o Governo da República da Guiné-Bissau para a execução do projeto - “Centro experimental e de fomento frutícola e hortícola do Quebo” - data de conclusão: 15/04/1988;
- Protocolo entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau relativo à propriedade dos blocos habitacionais destinados ao alojamento de cooperantes Portugueses - data de conclusão: 05/03/1989;
- Protocolo adicional ao acordo de cooperação jurídica entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau - data de conclusão: 05/03/1989;
- Protocolo adicional ao acordo de cooperação científica e técnica no âmbito da formação de profissionais na área das pescas entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau - data de conclusão: 05/03/1989;
- Protocolo adicional ao acordo de cooperação científica e técnica entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau no domínio da exploração dos recursos naturais - data de conclusão: 05/03/1989;
- Acordo de cooperação técnica no domínio militar entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau - data de conclusão: 05/03/1989;
- Acordo do arranjo monetário entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau - data de conclusão: 05/03/1989;
- Acordo no domínio da Saúde entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau, bem como o respetivo acordo retificativo - data de conclusão: 31/03/1989;
- Protocolo adicional ao acordo de cooperação técnica e de intercâmbio no domínio da comunicação social relativo à implantação da televisão na República da Guiné-Bissau - data de conclusão: 10/07/1989;
- Protocolo de cooperação agrícola entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau - data de conclusão: 09/11/1989;
- Protocolo de cooperação entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau, adicional ao acordo de cooperação jurídica - data de conclusão: 22/07/1989;
- Protocolo de cooperação entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau relativo ao apoio ao ensino da Língua Portuguesa na Guiné-Bissau - data de conclusão: 22/07/1989;
- Protocolo adicional ao acordo de cooperação jurídica entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau relativo ao apoio à Faculdade de Direito de Bissau - data de conclusão: 22/07/1989;
- Protocolo de cooperação entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau nos domínios do urbanismo, planeamento territorial, cartografia e cadastro - data de conclusão: 01/10/1990;

- Protocolo de cooperação entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau na área do comércio e do turismo - data de conclusão: 01/10/1990;
- Protocolo de cooperação entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau na área das Finanças Públicas - data de conclusão: 01/10/1990;
- Protocolo adicional ao acordo relativo à cooperação e assistência técnica entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau no domínio da aviação civil - data de conclusão: 01/10/1990;
- Acordo de cooperação entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau nos domínios do desenvolvimento marítimo, hidrografia, cartografia náutica, segurança e ajudas à navegação e oceanografia com data de conclusão 01/10/1990;
- Acordo especial de cooperação no domínio das pescas entre a República da Guiné-Bissau e a República Portuguesa - data de conclusão: 24/05/1991;
- Acordo sobre a promoção de investimentos entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau - data de conclusão: 24/06/1991;
- Convenção sobre a segurança social entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau - data de conclusão: 08/11/1993. Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo| Divisão de Relações Internacionais.
- Protocolo de cooperação no domínio eleitoral entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau com - data de conclusão: 29/03/1995;
- Acordo especial de cooperação no domínio da Administração Interna entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau - data de conclusão: 18/05/1995;
- Protocolo de cooperação no domínio da Administração Autárquica entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau - data de conclusão: 22/09/1995;
- Protocolo entre o Governo da República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau sobre a cooperação no domínio da representação diplomática e consular - data de conclusão: 06/02/1998;
- Protocolo adicional ao acordo de cooperação consular entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau para proteção e assistência consular aos seus nacionais em terceiros países - data de conclusão: 06/02/1998;
- Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República da Guiné-Bissau **sobre supressão de vistos em passaportes diplomáticos - data de conclusão: 06/02/1998;**
- Acordo de cooperação entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau no domínio do ensino superior - data de conclusão: 06/02/1998;
- Acordo administrativo relativo às modalidades de aplicação da convenção sobre segurança social entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau - data de conclusão: 06/02/1998;
- Protocolo de cooperação entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau nos domínios do equipamento, transportes e comunicações - data de conclusão: 11/03/1998;
- Acordo de cooperação entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau no domínio do ensino superior, ciência e tecnologia - data de conclusão: 09/12/2004;
- Acordo sobre transporte aéreo entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau - data de conclusão: 30/08/2007;
- Convenção entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre o rendimento e prevenir a evasão fiscal - data de conclusão: 17/10/2008.

PATRIMÓNIO E CULTURA

A Guiné-Bissau possui uma herança cultural bastante rica e diversificada. A cultura vária de etnia para etnia, exprimindo-se na diferença linguística, na dança, na expressão artística, na profissão, na tradição musical e até nas manifestações culturais.

A dança é, contudo, uma verdadeira expressão artística dos diferentes grupos étnicos. Na cultura guineense não podem ser descuradas as manifestações de dois dos grupos étnicos com maior expressão, os Fula e os Balanta. Enquanto os Fula se regem por um sistema económico do tipo feudal com uma organização fortemente hierárquica, os Balanta organizam-se em comunidades, não havendo diferenciação de classes, e possuem propriedades comunitárias.

Os povos animistas caracterizam-se pelas suas belas e coloridas coreografias. No dia-a-dia, estas fantásticas manifestações culturais podem ser observadas na altura das colheitas, dos casamentos, dos funerais e das cerimónias de iniciação.

O estilo musical mais importante do país é o “gumbé”. O Carnaval guineense é completamente original, com características próprias, tem evoluído bastante, constituindo uma das maiores manifestações culturais do País.

A cultura do país reflete-se também na arte bijagó, arte fula, arte mandinga, arte nalú, cestaria, olaria, tecelagem e outros.

Embaixada de Portugal em Bissau



Embaixador: Ministro plenipotenciário de 1.ª classe, José Rui Baptista Borges Velez Caroço, no cargo desde 26 de agosto de 2020.

Telefone: +(245) 3201 261 (Chancelaria)

+(245) 3201 279 (Chancelaria)

Fax: +(245) 3201 269

+(245) 3204106 (Secção Consular)

bissau@mne.pt mail@bissau.dgaccp.pt (Secção Consular) embportbissau@hotmail.com

Portal Internet: www.consulado-pt-gb.org/

Embaixada da Guiné-Bissau em Portugal



Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário: Helder Vaz Lopes (Data de entrega de credencias 16 de janeiro 2017).

Chancelaria: Rua de Alcolena, 17, 1400-004 Lisboa

Telefone: +351 213 009 080

Fax.: +351 213 009 081

E-mail: embaixadaquinebissau.pt@gmail.com

Fontes

Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) | Banco de Portugal | Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) | Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau | Governo da Guiné-Bissau | Camões – Instituto da Cooperação e da Língua | União Interparlamentar | The World Factbook | SEF | Radio Vaticano, pt.radiovaticana.va | www.rtp.pt | www.dn.pt | 2018 Index of Economic Freedom |

<http://pt.rfi.fr/>

<https://tv24.iol.pt/internacional/eleicoes-guine-bissau/guine-bissau-eleicoes-madem-g15-aceita-resultados-eleitorais-para-estabilidade-do-pais>

<https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/titulares/guine-bissau-titulares>

<https://www.dw.com>